

País vai assinar com o FMI, anuncia Mailson

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O Brasil está disposto a assinar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), importante não só pelo volume de recursos que ingressará no País, mas também pela contribuirão do acordo à negociação com os países membros do Clube de Países e à concretização do programa de ajuda proposto pelo governo japonês." A explicação foi dada ontem pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que afirmou, no entanto, não haver por hora qualquer reunião marcada com representantes do FMI.

Segundo o ministro, as negociações com os bancos credores e com o Fundo Monetário seguirão paralelas. Para preparar-se para iniciar os entendimentos com o Fundo, reuniram-se ontem no Ministério da Fazenda, além do ministro, representantes do Banco Central, da Secretaria do Tesouro e da Secretaria da Receita Federal. "Serão formados grupos de estudo para fazer uma avaliação ampla da situação do orçamento, que deverá ser rigorosamente cumprido", disse Mailson da Nóbrega, que explicou que o Brasil ainda não iniciou o pagamento dos juros aos bancos credores no dia 1º de janeiro, pelo fato de o volume a ser pago não estar compatível com nossa balança de pagamentos. "Precisamos que haja financiamento adequado de 60% dos juros, e estamos preparados para pagar 40% deste volume tão logo nos sejam dadas condições", disse ele.

O fato de não ter sido cumprido o acordo firmado em dezembro, para o ministro, não prejudica os entendimentos: "Não há expectativa de rompimento, porque existe um interesse mútuo no sentido da rápida conclusão de um acordo", disse ele.

Confronto

As negociações entre o Brasil e os bancos credores serão reabertas amanhã em Nova York sob um clima de confronto, ante a exigência de alguns bancos, relativo ao pagamento, em dia, dos juros que estão vencendo em janeiro.

A orientação que o negociador da dívida externa, Fernando Milliet, presidente do Banco Central, leva a Nova York é de flexibilizar a negociação, sobretudo em itens da proposta encaminhada aos banqueiros em 25 de setembro do ano passado, relativos ao spread (taxa de risco), à securitização (troca de parte da dívida por ativos brasileiros) e conversão de

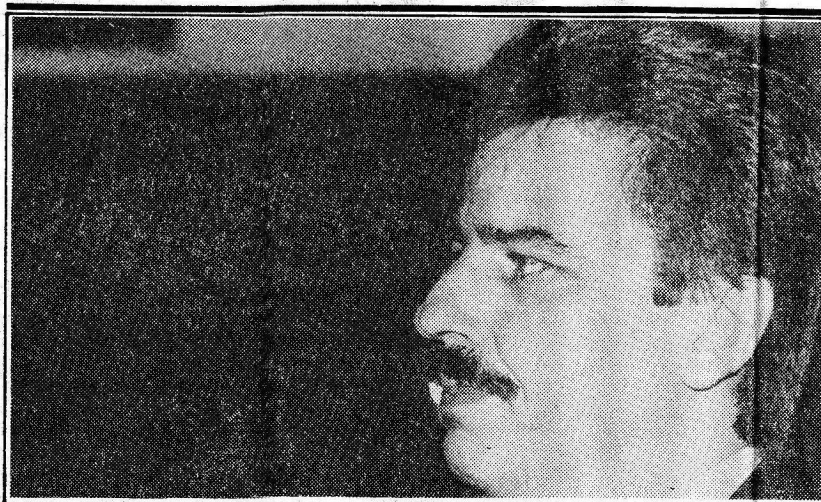
uma parcela da dívida em investimentos de risco.

Todavia, é também instrução do presidente Sarney não continuar o pagamento dos juros — a não ser as parcelas acertadas no acordo de novembro do ano passado — antes que os banqueiros acertem pelo menos as linhas básicas de renegociação e esteja claramente definido o sistema de refinanciamento desses juros. Trata-se não apenas de uma posição política, mas também de uma questão aritmética: com as reservas ao nível de US\$ 4,4 bilhões não há condições de pagar normalmente os juros sem o risco da eclosão de uma grave crise cambial, das dimensões da que ocorreu no final de 1983, quando as reservas externas chegaram a zero.

do um homem comprometido com a linha de negociação traçada pelo PMDB, e sua substituição por Mailson da Nóbrega, um homem do presidente e desligado de qualquer influência partidária.

No governo ninguém acredita que o comitê de bancos feche questão em torno do pagamento dos juros vencidos em janeiro e leve as negociações a um impasse, da mesma forma, os que se reuniram com o presidente consideraram que não passa de uma ameaça a anunciada disposição de alguns bancos de não comparecerem com a sua parcela do empréstimo-ponte destinado à cobertura do pagamento dos juros vencidos de 15 a 30 de dezembro do ano passado.

Essa parcela, no valor de US\$ 340



Milliet iniciará a negociação num clima de confronto

Otimismo

Na reunião de avaliação e de definição da nova estratégia de flexibilidade na condução do problema da dívida externa, realizada na última quinta-feira no Palácio do Planalto, sob a presidência de Sarney e com a presença do ministro da Fazenda, do presidente do Banco Central e do embaixador em Washington, o tema dominante foi a exigência de alguns bancos em relação ao pagamento dos juros que estão vencendo este mês.

Houve convergência na opinião de que se trata de uma pressão típica do reinício das negociações, promovida pelos banqueiros com o objetivo de testar o nível de flexibilização da posição brasileira, após a saída do ministro Bresser Pereira, considera-

milhões, aproximadamente, terá de ser desembolsada pelos bancos até o dia 15 do corrente, juntamente com os US\$ 120 milhões que serão fornecidos das reservas brasileiras, fechando, dessa forma, o pagamento de US\$ 1,5 bilhão correspondente aos juros vencidos nos meses de outubro a dezembro do ano passado. Os restantes US\$ 3 bilhões, correspondentes aos juros vencidos de 20 de fevereiro, data da decretação da moratória, até 30 de setembro, somente serão pagos — parte pelo Brasil, parte pelos bancos em forma de empréstimo-ponte — quando as negociações em torno do refinanciamento plurianual da dívida estiverem concluídas, por volta de junho.

Moratória

Os negociadores brasileiros acreditam que os bancos poderão levan-

tar a questão da continuidade da moratória, tendo em vista que o pagamento dos juros continuará suspenso, enquanto as negociações se processam, porém antes dos próximos 90 dias nada acontecerá em termos contábeis, havendo tempo, portanto, para um avanço substancial das negociações, prevendo-se inclusive a montagem de novo esquema de financiamento dos juros vencidos no primeiro trimestre, a exemplo do que ocorreu com o acordo provisório do final do ano passado, do qual resultou o levantamento da moratória.

A intenção do governo, conforme o presidente Sarney deixou claro na conversa com o ministro da Fazenda, o presidente do Banco Central e o embaixador em Washington, é chegar o mais rapidamente possível a uma negociação. Há argumentos econômicos e políticos que aconselham essa postura. Do ponto de vista econômico, o próprio ministro Mailson da Nóbrega tem salientando que o custo da moratória foi superior a US\$ 1,0 bilhão, correspondente a spreads elevados que o País pagou o ano passado, inclusive para manter a rotatividade dos créditos de curto prazo no montante de US\$ 15,0 bilhões.

Na esfera política, o presidente Sarney gostaria de ter resolvido o impasse externo em meados de abril, quando se espera que a Constituinte vote as disposições transitórias da futura Constituição, nas quais se definirá a duração do mandato presidencial. Ainda que o acordo não tivesse fechado, pois dependerá da burocracia da adesão de 95%, no mínimo, dos bancos, pelo menos tivesse delineado e, conseqüentemente, encerrado o período de negociações.

A pressa brasileira, contudo, poderá contrapor-se à tradicional morosidade com que os bancos agem na montagem desses pacotes, principalmente porque os banqueiros gostariam que o País reabrisse negociações com o FMI em torno de um acordo stand by, de tal forma a abrir espaço também para o início das negociações com os governos credores no âmbito do Clube de Paris.

Essa questão é importante para os banqueiros por dois motivos principais: primeiro, estaria assegurando o monitoramento da economia brasileira pelo FMI, dispondo os bancos de um auditor confiável para acompanhar as contas do País; segundo, seria mais fácil definir a participação do FMI e dos governos credores no pacote de resgate do Brasil, permitindo, por outro lado, aos companheiros, acertar a sua própria participação nesse pacote.